

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.390.389 - SP (2018/0286752-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE** : **JORGE ABISSAMRA**  
**ADVOGADOS** : **FATIMA CRISTINA PIRES MIRANDA - SP109889**  
: **WILTON LUIS DA SILVA GOMES - SP220788**  
: **CRISTIANO VILELA DE PINHO - SP221594**  
**AGRAVADO** : **MUNICÍPIO DE FERRAZ DE VASCONCELOS**  
**PROCURADOR** : **ANDRÉ NOVAES DA SILVA - SP247573**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STJ. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

I - Trata-se, na origem, de agravo de instrumento em desfavor de decisão prolatada nos autos de ação de improbidade administrativa que deferiu o pedido de indisponibilidade de bens.

II - O Tribunal de origem deu parcial provimento ao agravo de instrumento interposto, apenas para reduzir o limite da constrição patrimonial.

III - O recorrente sustenta haver dissídio jurisprudencial no sentido de que não é possível a decretação de indisponibilidade de bens se não estiver presente o risco da dilapidação do patrimônio e que não é possível a constrição patrimonial, pois não há indicação precisa do valor possível do dano.

IV - O recorrente deixou de indicar os dispositivos de lei federal que implicam o dissídio jurisprudencial. Aplicação da Súmula n. 284/ STJ.

V - Há no acórdão recorrido a precisa indicação do valor possível do dano e rever esse valor demandaria incontestemente revolvimento do conteúdo fático-probatório. Aplicação da Súmula n. 7/STJ.

VI - Agravo conhecido pra não conhecer do recurso especial.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer do agravo para não conhecer do recurso especial, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

